

STF vai priorizar demandas municipais



Livia Palment / FNP

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, se comprometeu em dar andamento às demandas municipais apresentadas pela FNP, em documento com 12 pontos prioritários. Da reunião, no dia 31 de janeiro, participaram prefeitos e vice-prefeitos de importantes cidades do país. A ministra afirmou que irá informar à FNP, até o final de fevereiro, o andamento de cada processo e o que pode ser feito no Supremo e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) **Págs. 4 e 5**

Nota técnica informa sobre o uso de depósitos judiciais para pagamento de precatórios

A FNP divulgou uma nota técnica para esclarecer dúvidas sobre o uso de depósitos judiciais para pagamento de precatórios. O tema foi assunto da reunião em que a presidente do STF se comprometeu em levar o caso para análise do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e entrar em contato com presidente dos Tribunais de Justiça e do Banco do Brasil, em busca de entendimentos. **Pág. 6**

FNP promove lançamento regional do IV EMDS em Recife

Começou em Recife/PE, a mobilização para o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. No dia 3 de fevereiro, foi realizado o lançamento regional do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Estão previstas 22 reuniões em todas as regiões do país. Na ocasião prefeitos, secretários e gestores municipais terão oportunidade de oferecer insumos aos debates. **Pág. 8**

**INSCREVA-SE
NO IV EMDS**

INSCRIÇÕES NO SITE
www.emds.fnp.org.br



**IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
Reinventar o financiamento e a governança das cidades
24 a 28 de Abril de 2017 | Estádio Mané Garrincha | Brasília - DF

EDITORIAL

Diálogo federativo permanente

O crescente desajuste entre responsabilidades e divisão de recursos para atender às demandas da população fica ainda mais evidente em períodos de crise econômica, como este que o país atravessa. Para auxiliar no enfrentamento às dificuldades decorrentes desta situação, a FNP aposta no diálogo federativo periódico e institucionalizado com os Três Poderes. Com pautas organizadas previamente, a tomada de decisões estruturantes será feita de forma compartilhada entre União, estados e municípios.

Como item desta agenda, a FNP apoia a revisão do Pacto Federativo e também da instituição de tributos nomeados como “contribuições”. Atitude que contrapõe princípios constitucionais e prejudica ainda mais a situação financeira dos estados e municípios. Assim, será fundamental que o país reestabeleça compromissos e responsabilidades, redividindo o bolo tributário para atender de forma eficiente e qualificada às necessidades da população.

Para avançar no fortalecimento deste diálogo permanente, está sendo agendado um novo encontro que reunirá prefeitas e prefeitos, o Governo Federal e as principais lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na construção dessa agenda, que visa à retomada do crescimento econômico do país, a FNP está reunindo colaborações dos fóruns e redes de secretários municipais (leia mais nesta edição).

O fortalecimento do diálogo entre as esferas de governo, a construção de arranjos institucionais que permitam enfrentar as adversidades, valorizando o papel dos municípios na Federação, e a harmonia entre os poderes são fundamentais para empreender os avanços que o Brasil tanto precisa.

Presidente: Marcio Lacerda. Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela. Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge. Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati. Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes. Secretário-geral: Luiz Marinho. Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Phillipe Cedro e Tayelen Arruda. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 9/02/2017.

Programas municipais rendem prêmios para Apucarana



A cidade de Apucarana/PR foi vencedora do Prêmio Gestor Público Paraná 2016 com dois projetos inovadores. Um que estimula a organização e capacitação de mulheres para atividades produtivas e reforço da renda familiar e o outro

Boa prática indicada pelo município

ligado à agricultura familiar. O concurso teve o tema “Trabalho: o município promove, o estado avança”, e a solenidade de premiação foi realizada, no final do mês de dezembro, no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.



Promovido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Sindafep), o prêmio valoriza e incentiva iniciativas de gestores públicos que trazem como resultado a melhoria da qualidade de vida da população e que servem de exemplo para todos os municípios brasileiros. Nesta edição foram inscritos 123 projetos nas áreas de gestão ambiental, saúde, educação, segurança pública, economia, assistência social, agricultura, cultura, administração, entre outras áreas de atuação governamental ■

AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
10 de fevereiro	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Fortaleza/CE	www.fnp.org.br
10 de fevereiro	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Salvador/BA	www.fnp.org.br
14 de fevereiro	Oficina de Planejamento do Instituto Movimento Nacional Pelo Direito do Transporte (MDT)	Brasília/DF	www.mdt.org.br
14 e 15 de fevereiro	Oficina “Implementação Local das Agendas Globais de Sustentabilidade no Brasil”	São Paulo/SP	www.sams.iclei.org
15 de fevereiro	I Encontro das prefeituras signatárias do Programa Cidades Sustentáveis - gestão 2017/2020	São Paulo/SP	www.cidadessustentaveis.org.br
15 e 16 de fevereiro	Seminário dos Novos Gestores	Porto Alegre/RS	www.novosgestores.cnm.org.br
16 de fevereiro	3ª Reunião da Comissão Organizadora - IV EMDS	São Paulo/SP	www.fnp.org.br
17 de fevereiro	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Campinas/SP	www.fnp.org.br
24 de fevereiro	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Rio de Janeiro/RJ	www.fnp.org.br
3 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Aracaju/SE	www.fnp.org.br
10 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Belo Horizonte/MG	www.fnp.org.br
10 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Porto Alegre/RS	www.fnp.org.br
10 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	São Luís/MA	www.fnp.org.br
14 e 15 de março	4ª Reunião da Comissão Organizadora - IV EMDS	Brasília/DF	www.fnp.org.br
15 de março	Reunião do Conselho Consultivo (2ª rodada)	Brasília/DF	www.fnp.org.br
17 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Poços de Caldas/MG	www.fnp.org.br
17 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	São Paulo/SP	www.fnp.org.br
22 de março	Reunião do Conselho Consultivo (2ª rodada)	São Paulo/SP	www.fnp.org.br
24 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Apucarana/PR	www.fnp.org.br
24 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Espírito Santo/ES	www.fnp.org.br
24 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	João Pessoa/PB	www.fnp.org.br
31 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Curitiba/PE	www.fnp.org.br
31 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Joinville/SC	www.fnp.org.br
31 de março	Lançamento Regional Preparatório do IV EMDS	Palmas/TO	www.fnp.org.br
4 de abril	4ª Reunião da Coordenação Política do IV EMDS	Brasília/DF	www.fnp.org.br
4 de abril	Reunião do Conselho Curador do IV EMDS	Brasília/DF	www.fnp.org.br

Procuradores e secretários de Fazenda avaliam nova Lei do ISS

Actuados quanto à importância de se promover uma distribuição mais democrática e equânime das oportunidades de arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e à defesa do fim da guerra fiscal e dos paraísos fiscais, secretários municipais de Fazenda e procuradores-gerais se reuniram na sede da FNP para buscar medidas técnicas e segurança jurídica para viabilizar consensos sobre os vetos da Lei Complementar (LC) nº 157/2016. O encontro, promovido pela FNP, foi realizado dia 24 de janeiro, e teve a parceria da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e do Fórum de Procuradores Gerais das Capitais.

“Há um encontro de posicionamento das grandes e pequenas cidades, que estão juntas defendendo a maior democratização do ISS e o fim dos paraísos fiscais em algumas cidades que concentram, indevidamente, o tributo de alguns serviços, especialmente financeiros”, explicou o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre.

Segundo os participantes, como o tema ainda não foi esgotado tecnicamente, uma nova reunião será agendada para aprofundar o assunto

na direção da construção de outros consensos. “Precisamos equacionar o entendimento dentro da Abrasf, fortalecer e deixar o posicionamento mais claro”, afirmou o secretário de Finanças de Fortaleza/CE, Jurandir Gurgel, presidente da Abrasf.

“O mundo está mudando, os serviços cada vez mais vão ser prestados sem que existam estruturas físicas. Precisamos buscar soluções técnicas que viabilizem a arrecadação com menor custo”, completou o secretário de Fazenda de Aracaju/SE, Jefferson Passos.

O secretário de Fazenda de Salvador/BA, Paulo Souto, destacou a consistência técnica do grupo. “A melhor distribuição tributária é algo que deve ser perseguido”, completou.

Lei Complementar 157

De acordo com o secretário de Fazenda de São Paulo/SP, Caio Megale, a LC “facilita a vida tributária como um todo”. O secretário destacou a melhor distribuição do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A partir do texto sancionado, a cobrança do imposto será realizada pelo local onde é efetuada a venda



Grupo se reuniu na sede da FNP

do produto, com a devida emissão da nota fiscal, não devendo ser concentrado nos centros de distribuição. Dessa forma, evitará o acúmulo de arrecadação dos municípios que sediam esse tipo de estabelecimento. Megale concluiu, ainda, que a LC é “um dispositivo de redução de guerra fiscal”.

O auditor Fiscal Tributário de São Paulo/SP, Alberto Macedo, mestre e doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário, fez uma explanação técnica sobre os vetos da LC, que altera o ISS, sancionada no dia 30 de dezembro de 2016. Macedo destacou que, caso sancionados, os dispositivos poderiam comprometer

a arrecadação de vários serviços, pois a redação aprovada pelo Congresso poderia trazer elevada insegurança jurídica.

Defendendo o veto em relação à incidência dos serviços de planos de saúde no local do tomador, Macedo afirmou que não há concentração desses serviços em poucos municípios. Em 2013 havia 1.499 operadoras de planos de saúde no Brasil. Dessas, 882 encontravam-se sediadas no interior do país.

O auditor defendeu, ainda, que a cobrança do ISS dos planos de saúde no domicílio do tomador traria dificuldades operacionais e conflitos jurisdicionais, pois os fiscais tribu-

tários de um município teriam que auditar empresas em outros municípios, comprometendo a arrecadação em vigor do ISS deste serviço.

Para o procurador de Porto Alegre/RS, Nelson Marisco, apesar da importância da busca de uma justiça fiscal na arrecadação do ISS, haveria “uma dificuldade na efetiva cobrança e operacionalização desse tributo”.

Participaram da reunião secretários e procuradores de Aracaju/SE, Brasília/DF, Campinas/SP, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Macapá/AP, Maceió/AL, Palmas/TO, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA e São Paulo/SP ■

Projeto da FNP com União Europeia busca fortalecimento dos municípios

Com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e consolidação do federalismo brasileiro e o desenvolvimento dos municípios, já está em andamento o projeto “Fortalecer Municípios - Programa de Governança Local e Articulação Federativa”. Desenvolvido pela FNP e a União Europeia, o Programa trabalha com duas estratégias centrais: a construção de um marco regulatório para as entidades municipalistas e o aprimoramento da governança municipal.

Marco Regulatório

Para fortalecer e disciplinar a representatividade dos municípios no Pacto Federativo, o Programa prevê a construção de um marco regulatório para as entidades municipalistas. Busca, ainda, o desenvolvimento de um instrumento de monitoramento das pautas de inte-

resse e impacto dos municípios no Congresso Nacional, para ampliar a influência e capacidade dos municípios nos processos de decisão.



Aprimoramento da governança municipal

Para o fortalecimento no âmbito local, já estão sendo desenvolvidos instrumentos de empoderamento dos municípios, tal qual o Projeto de Modernização da Administração Tributária (PMAT) com foco nos municípios do g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica).

A proposta de levar o PMAT ao g100 tem como propósito superar a

dificuldade em acessar os financiamentos do Programa. A iniciativa prevê a capacitação de, pelo menos, 180 gestores públicos municipais nas metodologias e instrumentos de gestão. Mais de 30 técnicos regionais das Unidades de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PE) e 18 secretários e dirigentes municipais das cidades mais populosas do estado do Pernambuco já foram capacitados, em oficina de trabalho realizada durante o lançamento regional do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), em Recife/PE (Saiba mais na página 8).

Além do PMAT, conta ainda com capacitação em Instrumentos de Transparência e Dados Fiscais e Tópicos em Parcerias Público-Privadas (PPPs) ■

Conaci divulga publicação sobre controle de gestão de contas

Com o objetivo de auxiliar os governantes em tomadas de decisões sobre controle interno de gestão de contas públicas, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) disponibilizou a 2ª edição da publicação o “Panorama de Controle Interno no Brasil - Conaci 2016 -”, voltada aos prefeitos do Brasil. A publicação, disponível no site www.conaci.org.br, também orienta na regulamentação de algumas leis, a exemplo da Lei de Acesso à Informação.

“O texto é um relevante instrumento para subsidiar os prefeitos em decisões estratégicas e para recorrentes consultas quanto a diferentes situações, ajudando-os a entender a necessidade de manter a qualidade dos gastos governamentais, a



transparência dos atos, a prevenção e combate à corrupção, bem como o fomento ao controle social”, ressaltou o presidente do Conaci, Roberto Amorás.

A publicação traz o diagnóstico do controle interno no país a partir de uma pesquisa feita entre os 47 órgãos de Controle Interno que integram o Conaci, tanto de capitais como de estados, Distrito Federal e União e que são responsáveis pelo autocontrole da Administração Pública. A obra organiza trabalhos técnicos qualificados e consolidados sobre o tema e disponibiliza casos de sucesso, além de modelos básicos de regulamentações de leis, elaborados por grupos de trabalho, bem como outras diretrizes para o controle interno ■

Presidente do STF se compromete a priorizar demandas municipais no Judiciário

Livia Palmeiri / FNP



Prefeitos de importantes cidades do país participaram da audiência

A tenta às urgências dos municípios brasileiros, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, comprometeu-se em dar andamento às demandas apresentadas pela FNP. O grupo de prefeitos e vice-prefeitos de 13 cidades, entre elas 11 capitais, entregou à magistrada um documento com 12 pontos prioritários, no dia 31 de janeiro. “O STF é o tribunal da Federação. Tudo aquilo que afetar estados e municípios e for judicializado, vamos dar preferência”, afirmou a presidente do STF.

A ministra afirmou que irá informar à FNP, até o final de fevereiro, o andamento de cada processo e o que pode ser feito no Supremo e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo o vice-

presidente da FNP, Maguito Vilela, a ministra prometeu “pacificar todas essas questões que estão em discussão no STF para facilitar a vida dos municípios e esse excesso de ações no Poder Judiciário”.

O grupo de governantes locais elencou, em um documento entregue à ministra, 12 pontos prioritários, que envolvem as contas municipais e dependem de decisões da Justiça. Segundo o presidente da FNP, Marcio Lacerda, o propósito do encontro foi buscar um reequilíbrio nas responsabilidades dos entes federados. “Vimos propor uma revisão de promessas e anseios da Constituição Federal de 1988”, falou.

Temas recorrentes nas pautas da FNP como Judicialização da Saúde; Execução Fiscal; Terrenos

de Marinha, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); Cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS); Precatórios; Judicialização de vagas em creche; e Imunidade Tributária Recíproca foram abordados durante a reunião. Também estiveram no documento como assuntos fundamentais para o debate Receita pelo uso do solo, subsolo e espaço aéreo de bens municipais; Responsabilidade trabalhista subsidiária; Condenação da fazenda pública e seus acessórios; e Competência municipal em matéria ambiental.

“Participamos de uma reunião objetiva, falando de forma séria sobre a reformulação do pacto federativo que, da maneira que está, é injusto aos municípios”, disse o prefeito de Manaus/AM, Arthur Virgílio Neto.

De acordo com o prefeito de Aracaju/SE, Edvaldo Nogueira, os municípios nunca tiveram o papel e o protagonismo que o federalismo exige. “Vimos tentar firmar uma jurisprudência que unifique para os três entes esses temas que são importantes”, disse.

Para os prefeitos de Florianópolis/SC, Gean Loureiro, e de Maceió/AL, Rui Palmeira, a reunião

foi muito positiva. “A ministra deu encaminhamento a varias pautas que são 100% de interesse dos municípios brasileiros”, disse Palmeira. “A abertura que ela deu de um debate amplo e franco traz uma segurança jurídica dos encaminhamentos que o poder Judiciário pode ter”, completou Loureiro.

Participaram da reunião: o presidente da FNP, Marcio Lacerda; vice-presidente da FNP: Maguito Vilela; os prefeitos de Salvador/BA, ACM Neto; de Manaus/AM, Arthur Virgílio Neto; de Fortaleza/CE, Roberto Cláudio; de Vitória/ES, Luciano Rezende; de Belém/PA, Zenaldo Coutinho; de Maceió/AL, Rui Palmeira; de

Aracaju/SE, Edvaldo Nogueira; de Porto Velho/RO, Hildon Chaves; de Florianópolis/SC, Gean Loureiro; de Macapá/AP, Clécio Luís Vilhena Vieira; de Palmas/TO, Carlos Enrique Amastha; de Campinas/SP, Jonas Donizette; de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha; e os vice-prefeitos de João Pessoa/PB, Manoel Júnior; e de Porto Alegre/RS, Gustavo Paim, além do presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Jurandir Gurgel, secretário de Finanças de Fortaleza/CE; e representante do Fórum Nacional de Procuradores das Capitais Brasileiras, Rúsvel Beltrame, procurador de Belo Horizonte/MG ■



Pauta elenca temas que tramitam no Judiciário

Livia Palmeiri / FNP

PAUTA APRESENTADA NO STF

I - RECEITAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS DE COBRANÇA



Execução fiscal

Pleito: Definição de indicativos de pisos mínimos para o ajuizamento das ações de execução fiscal pelos diferentes municípios brasileiros; “Nós gostaríamos que o CNJ estabelecesse um piso. A partir de quanto podemos entrar com ação?”, afirmou o prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha. Apoio ao Projeto de Lei (PLS 755/2015) que estabelece a interrupção do prazo de prescrição do ajuizamento da ação de execução fiscal com o protesto da certidão de dívida ativa. “O caminho é trabalhar pela desjudicialização da cobrança da dívida ativa dos municípios”, disse o prefeito de Salvador/BA, ACM Neto.

Encaminhamento: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoverá estudo para definição de piso mínimo para execução fiscal.



Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Pleito: Declaração de inconstitucionalidade da Instrução Normativa RFB 1.599/16, que restringe o IRRF de titularidade dos estados, DF e municípios aos rendimentos pagos por essas pessoas jurídicas aos servidores ativos e aposentados. “Alertamos a ministra de que em breve outros municípios passarão por isso e nós precisamos de uma uniformização, uma segurança jurídica”, afirmou o vice-prefeito de Porto Alegre/RS, Gustavo Bohrer Paim.

Encaminhamento: Decisão tomada em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), em tramitação na Corte, vinculará as demais autoridades judiciárias.



Imunidade Tributária Recíproca

Pleito: Prefeitos destacaram que a arrecadação municipal sofre com o impacto

da aplicação de imunidade tributária às sociedades de economia mista, que possuem atividades lucrativas, distribuem dividendos a acionistas e tem por finalidade a prestação de serviço público de natureza econômica.

Encaminhamento: STF irá reunir todos os processos sobre o assunto para que o Plenário decida em conjunto todas as demandas sobre imunidade recíproca.



Imposto Sobre Serviços (ISS)

Pleito: Atualização na lista de materiais da construção civil que podem ser deduzidos no cálculo do ISS. A FNP apresentou o RE 603.497 (Betim/MG) como o processo adequado para eliminar qualquer dúvida sobre a lista dos materiais que podem ser deduzidos da base de cálculo do ISS. “O ISS representa um imposto muito importante para os municípios, é até maior do que o próprio IPTU em algumas cidades”,

alertou o prefeito de Campinas/SP, Jonas Donizette.

Encaminhamento: Presidente do STF irá verificar o andamento da questão e posicionar a FNP sobre os encaminhamentos possíveis e colocá-lo em pauta, tão logo o caso seja liberado pelo relator.



Receita pelo uso do solo, subsolo e espaço aéreo de bens municipais

Há o RE 581.947 que julgou a questão sob enfoque específico (não se pode instituir TAXA para essa finalidade). Não há enfrentamento da questão sob o ponto de vista da possibilidade de instituição de PREÇO PÚBLICO para essa finalidade, motivo pelo qual, os casos que veem chegando ao STF, não devem ser devolvidos aos tribunais de origem quando tratarem da cobrança de preço público, e não de taxa (tributo).

II - DESPESA, ORÇAMENTO E RESPONSABILIDADE FISCAL



Precatório e acesso a depósitos judiciais

Pleito: Liberação de 20% dos depósitos judiciais de terceiros para o pagamento de precatórios.

Encaminhamento: A ministra irá analisar a situação e conversar com os presidentes de Tribunais de Justiça e do Banco do Brasil, de forma a buscar uma solução que garanta equilíbrio financeiro aos cofres públicos e o direito do cidadão de receber o valor que lhe é devido. O caso também será levado ao CNJ para que defina um procedimento que ofereça mais segurança jurídica no levantamento desses valores que são propriedade de terceiros.



Judicialização do direito constitucional à saúde

Pleito: Suporte técnico para qualificar as decisões judiciais na área da saúde e

FNP divulga nota técnica sobre o uso de depósitos judiciais para pagamento de precatórios

Após reunião articulada com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia, a FNP divulgou uma nota técnica para esclarecer dúvidas sobre o uso de depósitos judiciais para pagamento de precatórios. O tema foi assunto da reunião em que a magistrada se comprometeu em levar o caso para análise do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e entrar em contato com presidente dos Tribunais de Justiça e do Banco do Brasil, em busca de entendimentos.

Apesar de estar previsto na Emenda Constitucional 94/2016, já em vigor, os prefeitos estão com dificuldades para acessarem o uso dos depósitos judiciais para a quitação dessas dívidas e buscam segurança jurídica. No documento, há as quatro possíveis situações jurídicas que os prefeitos podem encontrar e orientações na forma de proceder em cada caso (documento disponível no site www.fnp.org.br).

Reunião no STF

Na reunião no STF, prefeitos pediram a liberação dos 20% de depósitos judiciais de terceiros para o pagamento de precatórios, pois

temem, caso não seja viabilizada a utilização dos depósitos judiciais aos municípios, o risco de sequestro dos valores pelos Tribunais de Justiça. “Esse é o tema mais difícil desta pauta”, reconheceu a presidente do STF.

“De um lado há o direito de quem espera pelo pagamento e do outro, o ente, que não tem como pagar, sobretudo porque não houve uma regra de transição para a mudança do tempo de pagamento”, disse o prefeito de Macapá/AP, Clécio Luís Vilhena Vieira. Ainda de acordo com Vieira, o volume de precatórios da capital amapaense representa 13% da Receita Corrente Líquida do município. “Precisamos da determinação para que os tribunais ou instituições financeiras liberem o uso de depósitos judiciais de terceiros”, disse.

Na mesma linha de demanda, o prefeito de Porto Velho/RO, Hildon Chaves, afirmou que a emenda constitucional, em vários casos, pode inviabilizar a prestação de serviços básicos em vários municípios, caso os recursos não sejam liberados, visto que o legislador encurtou o prazo para o pagamento dos precatórios em razão da utili-

zação desses recursos.

Segundo Chaves, 11% da Receita Corrente Líquida de Porto Velho estão comprometidos para pagamento de precatórios. Caso não seja viabilizada a utilização dos depósitos judiciais aos municípios, estes correm o risco de terem sequestrados os valores pelo Tribunal de Justiça, em razão do não pagamento de precatórios.

A ministra se comprometeu em analisar a situação e conversar com os presidentes de Tribunais de Justiça e do Banco do Brasil de forma a buscar uma solução. O caso também será levado ao CNJ para que defina um procedimento que ofereça mais segurança jurídica no levantamento desses valores que são propriedade de terceiros. A presidente afirmou que esse procedimento seria definido até o próximo dia 15 de fevereiro.

Destacou, ainda, que a Emenda Constitucional 94/2016 é autoaplicável, e que as regras da Lei Complementar 151/2015 também podem ser utilizadas no caso. Afirmou, por fim, que todas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade pendentes de julgamento sobre esse tema no STF serão decididas até meados de abril ■

Agenda na Suprema Corte teve preparação técnica

Secretários e procuradores-gerais de capitais participaram de reuniões prévias para auxiliar na construção da carta entregue pelos prefeitos à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia. Nos três encontros, realizados nos dias 14 de dezembro de 2016, 10 e 30 de janeiro de 2017, o grupo desenvolveu os pontos prioritários da agenda municipal.

Segundo o procurador-geral de São Paulo/SP, Ricardo Ferrari, a utilização dos recursos dos depósitos judiciais públicos e privados é um tema urgente no debate. “Também questões que envolvem imunidades tributárias e todas aquelas que possam afetar diretamente a gestão municipal no cumprimento constitucional de suas prestações”, destacou Ferrari.

Para o secretário Econômico de Maceió/AL, Felipe Mamede, os prefeitos buscam alavancar a arrecadação e contribuir com os municípios no processo de ajuste fiscal. “A expectativa é a melhor possível quando a gente percebe que a representante maior do Judiciário está abrindo

as portas para receber a pauta dos municípios, no sentido de contribuir com o encaminhamento das demandas municipalistas, sobretudo em um momento de dificuldade econômica”, afirmou.

“Além de abrir portas com o judiciário, as demandas que estão sendo levadas são muito relevantes para os municípios”, falou a procuradora-geral de Salvador/BA, Luciana Rodrigues Vieira Lopes.

Participaram das reuniões preparatórias representantes de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Natal/RN, Palmas/TO, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Paulo/SP, Teresina/PI e Vitória/ES ■



Técnicos elaboraram os temas do documento

Rodrigo Eneas / FNP

solidariedade entre os Entes Federados. “Os prefeitos convivem com despesas excessivas que acabam, muitas vezes, limitando o poder discricionário de gasto com a própria saúde”, afirmou o prefeito de Fortaleza/CE, Roberto Cláudio.

Encaminhamento: A ministra afirmou que a responsabilidade pelos custos da judicialização da saúde devem primeiro ser imputadas à União, em função de sua maior capacidade financeira. Diante disso, o prefeito de Belém/PA, Zenaldo Coutinho salientou que “essa orientação nacional também aponta para um caminho mais inteligente, eficaz, para que as coisas aconteçam”.

A presidente também citou como exemplo de boa prática a criação dos Núcleos de Apoio Técnico (NATs), que foram implementados em todos os Tribunais de Justiça, como forma de subsidiar de maneira adequada as decisões judiciais envolvendo a Saúde. Comprometeu-se, ainda, a verificar também o andamento

dos processos envolvendo os temas, junto aos relatores e ministros com pedidos de vista.



Judicialização de vagas em creche

Pleito: As decisões judiciais não observam os prazos previstos na Lei Federal, desorganizando o planejamento da política pública de educação desenvolvida pelo município. Prefeitos sugeriram a promoção de uma audiência pública para que a sociedade participe do debate sobre a judicialização das políticas públicas de educação.

Encaminhamento: Presidente do STF irá verificar o andamento da questão e posicionar a FNP.



Responsabilidade trabalhista subsidiária

Pleito: Alertaram sobre a interpretação dada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) do precedente do STF, que reafirmou

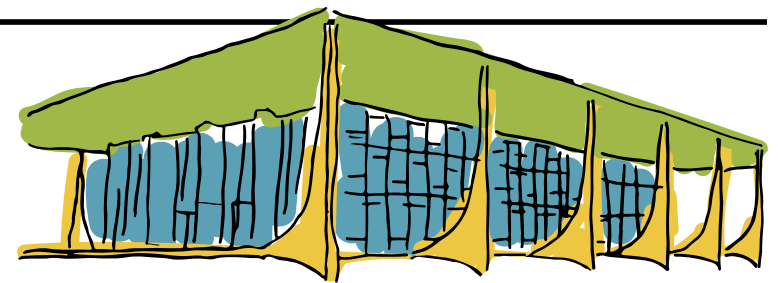
a constitucionalidade de artigo da Lei de Licitações, que afasta a responsabilidade solidária/subsidiária do município. A discussão abrange a forma de apuração da culpa in vigilando na fiscalização do contrato. O município defende que esta culpa não pode ser presumida, sendo ônus do reclamante trabalhista demonstrar a culpa da Administração Pública.

Encaminhamento: A presidente informou que o RE 760.931, com repercussão geral, já estava pautado e o julgamento será retomado no próximo dia 8 de fevereiro de 2017.



Condenação da fazenda pública e seus acessórios

Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009. (Tema nº 810 – RE 870.947)



III - COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA FEDERAÇÃO



Terrenos de marinha

Pleito: Prefeitos levaram à consideração da ministra que os moradores dessas regiões não têm segurança jurídica quanto aos cálculos, critérios e marcações do governo federal. “Essa é uma deformidade jurídica na Constituição Federal Brasileira que precisa ser tratada em algum momento”, enfatizou o prefeito de Vitória/ES, Luciano Rezende. Vitória, que tem metade de seu território está nessa situação, é parte em Recurso Extraordinário que tramita no

STF, cuja decisão proferida terá repercussão geral.

Encaminhamento: Tão logo o recuso seja liberado pela relatora, a presidente do STF irá incluí-lo na pauta de julgamento.



Competência municipal em matéria ambiental

O tema é de alta relevância para os municípios. Há julgados que alargam a competência municipal para tratar do tema (RE 673.681). E julgados que estreitam a competência municipal. Esses últimos partem do peculiar interesse local para amesquinhar a competência do município (RE 586.224).

Governo federal anuncia reajuste da merenda escolar

CONQUISTA
FNP

A FNP comemorou no dia 8 de fevereiro mais uma conquista para os municípios. Em solenidade no Palácio do Planalto, o presidente da República, Michel Temer e o ministro da Educação, Mendonça Filho, e, anunciaram a liberação de R\$ 465 milhões para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no ano de 2017.

“Na prática, esse reajuste na verba para a merenda escolar representa assegurar uma boa condição de ensino, a condição indispensável para um bom aprendizado”, disse o ministro. Ainda segundo ele, o impacto maior do aumento dos recursos será nos municípios, “já que a falta de reajuste impõe aos municípios a obrigação de complementar esse recurso”. “Essa medida atende a uma reivindicação antiga da Frente Nacional de Prefeitos. Entendemos que o Brasil deve ter cada vez mais a visão do pacto federativo, reconhecendo

a clara e efetiva participação dos estados e municípios”, completou Mendonça Filho.

“Esse aumento é demanda da FNP há muito tempo, afinal, são sete anos sem reajuste. É, certamente, uma vitória fruto também do nosso trabalho”, destacou o presidente da FNP, Marcio Lacerda, um dos convidados para o ato solene. Lacerda falou também sobre o atual cenário de crise do país. “Temos uma enorme agenda de mudanças, mas tudo que se fizer tem que ser em favor de quem mais precisa”, defendeu.

De acordo com o presidente Temer, o trabalho de responsabilidade fiscal não pode impedir os investimentos em áreas sociais. “Temos convicção da importância de certos setores, como a saúde, segurança e educação. E, obviamente, sabemos, muitas e muitas vezes o aluno vai para a escola para se alimentar, daí a suma importân-

cia desse repasse de quase R\$ 500 milhões para a merenda escolar de alunos de todo o país”, declarou.

O acréscimo nos recursos do Pnae vai beneficiar 41 milhões de estudantes de escolas estaduais e municipais de todo o país. Os

repasse para os municípios terão valores corrigidos acima dos 10%. Para cidades de até 20 mil habitantes, o novo repasse é de R\$ 231.292, com aumento de 15%; até 50 mil, o repasse será de R\$ 429.016, com 12% de reajuste. Nos

municípios com até 100 mil habitantes o aumento é de 12%, R\$ 993.458; e para aqueles com até 500 mil habitantes, o repasse novo é de R\$ 2.835.184, reajuste equivalente a 13% ■



Presidente Marcio Lacerda participou do evento no Palácio do Planalto

Paulo Negreiros / FNP

Prefeitos americanos se unem para garantir recursos federais

Prefeitos das chamadas “cidades santuários”, conhecidas por protegerem imigrantes, se uniram e anunciaram que continuarão abrigando os estrangeiros. A decisão é contrária à ameaça de cortes de verbas, feita pelo governo dos Estados Unidos, no final de janeiro. Na ocasião foi anunciada uma série de medidas que endurecem as políticas migratórias do seu país.

Uma das decisões atinge diretamente prefeitos e governadores, que é o corte de verbas federais a cidades, condados e estados que não cooperarem com a agência do governo responsável por deportações. Com a decisão, aproximadamente as 300 “cidades santuários” serão afetadas com cortes de receitas. Prefeitos de cidades como Nova York, Los Angeles, Boston, Chicago, Filadélfia, Providence, Jersey City, Seattle, Baltimore, São Francisco e Washington D.C já anunciaram que continuarão protegendo os imigrantes, apesar da ameaça de cortes de verbas.

O prefeito de Los Angeles, Eric Garcetti, afirmou “esta resolução diz ao povo americano - independentemente de partido ou ideologia - que os prefeitos estão unidos na crença de que podemos e devemos corrigir

o nosso sistema de imigração quebrada”.

O diretor-geral da Conferência de Prefeitos dos Estados Unidos (USCM), Tom Cochran, destacou a preocupação dos prefeitos em garantir a segurança nacional. “Tanto os prefeitos quanto os chefes de polícia das cidades fizeram um juramento solene de defender a lei e a Constituição. Temos muitas dúvidas e preocupações sobre as medidas anunciadas pelo presidente Donald Trump. O Supremo Tribunal dos Estados Unidos, por exemplo, destacou que vai declarar inconstitucional o não repasse desses fundos federais às cidades. Os tribunais federais também consideraram ilegais as medidas previstas pelo presidente. Pedimos, então, ao Procurador-Geral que se reúna com os prefeitos e chefes de polícia, o mais breve possível, para um diálogo legal construtivo”, frisou Cochran.

Tom Cochran destacou ainda que as cidades que visam construir relações de confiança e de apoio com as comunidades de imigrantes não devem ser punidas. “Porque isso é essencial para reduzir o crime e ajudar as víti-

mas, ambos objetivos declarados da nova administração em Washington. Devemos ser capazes de continuar a proteger e garantir a segurança de todos os nossos residentes, assegurando, ao mesmo tempo, a aplicação da lei local focada no policiamento comunitário”.



Indefinição

A falta de jurisdição e definição legal sobre as cidades santuários faz com que mais prefeitos desobedeçam as novas regras impostas pelo presidente Donald Trump, afirma Tom Cochran.

“Essa ordem não fornece uma definição clara do que constitui uma jurisdição de cidades santuários. Em vez disso, dá discricionariedade indefinida ao Secretário de Segurança Interna para designar jurisdições de

santuário e o Procurador-Geral para tomar medidas contra eles. Pedimos então ao Secretário de Segurança Interna que documente e promulgue uma definição legal antes que novas ações sejam tomadas, para que as cidades possam determinar como proceder”, ressaltou Cochran.

O prefeito de Nova York, Bill de Blasio, integrante da USCM, reuniu-se com o presidente Trump e lhe garantiu que fará “todo o possível” para defender aqueles que se encontram em situação clandestina. “Reiterei a ele que essa cidade e outras cidades do país farão todo o possível para proteger nossos residentes e para nos assegurarmos de que as famílias não sejam destruídas”, contou de Blasio aos jornalistas, depois do encontro, dia 16 de janeiro.

Decisão dos prefeitos

A prefeita do Distrito de Columbia, Muriel Bowser, afirmou que Washington D.C continuará sendo “uma cidade santuário”, porque “sabemos que nossos bairros são mais seguros e fortes quando ninguém tem medo de ligar para nosso gover-

no para pedir ajuda, quando nossa polícia pode se dedicar a proteger e servir”.

“Chicago sempre será uma cidade santuário”, frisou prefeito de Chicago, Rahm Emanuel, e Jorge Elorza, prefeito de Providence (Rhode Island), filho de imigrantes guatemaltecos, disse: “Não vamos sacrificar nenhuma das nossas pessoas”.

“Isso é animador e não é surpreendente. E continuará crescendo. (Os prefeitos e chefes de polícia) não têm medo. Vão para a batalha e acreditam que podem ganhá-la política e legalmente”, disse Jonathan Blazer, integrante da organização não governamental American Immigration Council que luta pelos direitos dos imigrantes nos Estados Unidos.

USCM

A Conferência de Prefeitos dos Estados Unidos (USCM) é uma organização oficial não partidária de cidades com populações acima de 30 mil habitantes. Hoje são 1.408 cidades filiadas e a diretoria é formada por prefeitos em exercício de seus mandatos. O atual presidente é o prefeito de Oklahoma City, Mick Cornett ■

Salas temáticas do IV EMDS terão debates sobre os desafios municipais

Espaço para debates e discussão de temas que afetam diretamente a vida nos municípios, a quarta edição do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) disponibilizará 22 salas temáticas com até quatro mesas de debates cada uma. Serão cerca de 90 possibilidades de conteúdo exclusivo e dedicado aos participantes, em pauta entre os dias 24 e 28 de abril, no estádio nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF.

Com mais de 500 palestrantes e moderadores, que irão aprofundar conteúdo e apresentar soluções inovadoras relacionadas aos debates, as salas temáticas também serão espaços para apresentação de casos de sucesso, propostas e de produtos relacionados aos temas discutidos. Entre os temas pré-liminares escolhidos para fomentar os debates das 22 salas: “Os pequenos negócios na retomada do desenvolvimento local”; “A RedeSimples e a melhoria do ambiente de negócios para

os pequenos empresários”; “Economia Solidária como estratégia para o desenvolvimento sustentável e o trabalho decente”; “Tecnologias inovadoras e boas práticas para a melhoria da qualidade da gestão pública”; “O impasse da oferta de serviços públicos nos municípios populosos e com baixa receita - giro”; “Consórcios públicos, articulação federativa e governança metropolitana”; “Financiamento sustentável para a garantia da qualidade e do acesso universal à Saúde”; “Novas possibilidades de investimentos em Parcerias Público-Privadas (PPPs)”; “Financiamento e implementação da agenda urbana global no pós-Habitat III, do Acordo Climático e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”; “Planejamento e ocupação do espaço urbano, resignificação dos equipamentos de uso público e sustentabilidade ambiental”; “Cidades inteligentes, humanas e produtivas”; “Desafios da mobilidade urbana”; “Os desa-

afios federativos para a promoção da cidadania e a transversalidade na Educação”; “Lixo vale dinheiro - coleta e valorização de resíduos”; “Eficiência energética, energias renováveis e novas tecnologias”; “Experiências e soluções para otimizar as receitas municipais”; “Cidadania, participação social e o direito à cidade”; “A responsabilidade das políticas setoriais com a juventude”; “Combate às desigualdades sociais”; “Transparência na gestão e prevenção e combate à corrupção”; “Desafios da previdência municipal”; “Segurança hídrica e saneamento”. Os temas propostos serão validados durante reunião da Comissão Organizadora do EMDS, agendada para o dia 16 de fevereiro, em São Paulo/SP.

As instituições parceiras que já participam da construção das salas temáticas são: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Rede de Economia Solidária; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Obser-



Instituições são parceiras da quarta edição do evento

vatório dos Consórcios Públicos e Federalismo (OCPF); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Centro de Estudos Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão (Cealag); Híria; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma); Rede Cidades Inteligentes; World Resources Institute - Brasil (WRI); Fundação

SM; ITAU Social; Aprendiz; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Fundação Lemann; Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos (Abrelpe); Banco Mundial; Rede de Gestores de Criança e Adolescente; Colégio Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas); Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) ■

FNP convida fundações de partidos políticos para o IV EMDS



Dirigentes da FNP estão se reunindo com os partidos políticos

O IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), evento organizado pela FNP, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), abre espaço para a participação de partidos políticos na programação do evento. Uma oportunidade de diálogo com a nova geração de prefeitas e prefeitos, eleitos e reeleitos, que nesta quarta edição do encontro terão acesso a uma nova área, a “Alameda das Fundações”.

Este novo espaço será destinado à divulgação da produção

técnica e institucional partidária durante todo o evento, bem como, a disponibilização de salas, de uso compartilhado, apropriadas para reuniões e capacitações. Até o momento, 20 fundações de partidos políticos foram contactados. Esses encontros são realizados por três integrantes da coordenação política do IV EMDS: o presidente da FNP, Marcio Lacerda; a vice-presidente de Finanças Públicas, Maria Antonieta e o vice-presidente de Reforma Federativa, Jairo Jorge.

Os últimos encontros fo-

ram com a representação da Fundação Ulysses Guimarães, Fundação Instituto Pedro Aleixo, Fundação Perseu Abramo e com os presidentes das fundações: Milton Campos, Ana Amélia Lemos e Fundação Ivette Vargas, Francisco Galindo.

“Estamos visitando cada presidente nacional dos partidos políticos e os representantes das fundações partidárias. Tem sido um processo extremamente produtivo porque o IV EMDS será uma grande oportunidade para que os partidos possam reunir as suas principais lideranças muni-



Jecônias Junior / FNP

palistas, que são os prefeitos eleitos e reeleitos, e a oportunidade desses prefeitos terem acesso às direções partidárias, sua estrutura, em um único local”, disse a vice-presidente de Finanças Públicas, Maria Antonieta.

Antonieta também destacou a oportunidade dos partidos

realizarem outras atividades concomitantemente com o IV EMDS. “Isso fortalece o processo de divulgação do evento para todo o Brasil, pois cada partido irá fazer com que haja capilaridade do nosso convite, tornando essa quarta edição maior do que as dos anos anteriores”, ressaltou ■

Fóruns e Redes de secretários auxiliam na construção da pauta municipalista

A diretoria da FNP está reunindo contribuições de fóruns e redes de secretários municipais para atualizar a pauta municipalista. O objetivo é consolidar a agenda de prioridades dos municípios para auxiliar no diálogo federativo.

A estratégia é eleger prioritariamente pautas e projetos que não impliquem necessariamente na disponibilização de novos recursos, mas que podem colaborar na retomada do crescimento econômico do país, diminuindo burocracia e eliminando sobreposições de competências.

A FNP mantém constante diálogo com fóruns e redes de secretários com objetivo de apresentar pautas cada vez mais atualizadas e urgentes para o aperfeiçoamento da gestão pública e o desenvolvimento dos municípios

FNP promove lançamento regional do IV EMDS em Recife



Reuniões serão realizadas em todas as regiões do país

“Hoje os prefeitos precisam se organizar e se mobilizar para fazer mais com menos”. A declaração é do prefeito do Recife/PE, Geraldo Júlio, durante o Lançamento Regional Recife do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), realizado dia 3 de fevereiro, na capital pernambucana.

O lançamento, que deu início à mobilização para o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, foi também mais uma oportunidade de a FNP, realizadora do Encontro, colher contribuições para os debates. Na edição deste ano, as discussões serão norteadas pelo tema central “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”.

Segundo o vice-presidente de Políticas Sociais da FNP, Elias Gomes, o momento é mesmo de reinvenção. “É preciso superar a agenda do remendo. A agenda do remendo

toma energia que os prefeitos empregariam em uma agenda estruturante”, falou na ocasião.

O prefeito de Moreno, município da Região Metropolitana de Recife, Vavá Rufino, destacou questões como a integração e o desenvolvimento metropolitano. “Os municípios próximos ou conurbados não podem resolver seus problemas isolados de seu contexto metropolitano”, defendeu.

Outras pautas

Além da apresentação do IV EMDS, o evento em Recife também marcou a formalização do acordo de cooperação do “Programa de Modernização Administrativa e Tributária dos Municípios (PMAT) para o desenvolvimento local com foco nos municípios do g100 Pernambuco”. A iniciativa, uma parceria da FNP com o Sebrae/PE, tem o objetivo de promover o desenvolvimento

econômico por meio da modernização da administração pública.

O presidente da FNP, Marcio Lacerda, reforçou a necessidade de as cidades assumirem o protagonismo do desenvolvimento. “Nós temos uma expectativa muito favorável no resultado, porque o Sebrae vai colocar todo seu esforço, seu know-how, seu conhecimento para assegurar o avanço efetivo na capacidade de gerenciamento”, disse Lacerda.

“Queremos trazer os prefeitos para junto do Sebrae, para reforçar o nosso compromisso em promover o desenvolvimento econômico. Nós temos na administração pública verdadeiros parceiros da nossa atuação em prol das micro e pequenas empresas”, declarou o presidente do conselho deliberativo do Sebrae/PE, Josias Albuquerque.

Sobre o acordo de cooperação, o prefeito Geraldo Júlio se mostrou entusiasmado. “Parceria com entidades como o Sebrae e a FNP só fortalecem qualquer medida no sentido do desenvolvimento econômico. Nos últimos 26 anos, os municípios receberam muitas funções, mas os recursos não cresceram na mesma medida. É preciso discutir essa ampliação de recursos, para que os municípios passem a atuar da melhor forma”, afirmou.

O g100

Ministro José Serra declara apoio ao IV EMDS



Técnicos do ministério estão à disposição da FNP

O presidente da FNP, Marcio Lacerda, esteve com o ministro das Relações Exteriores, José Serra, para tratar da pauta do IV Encontro de Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). A reunião foi realizada no dia 8 de fevereiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília/DF.

Entusiasmado com a proposta,

Serra declarou apoio ao evento e colocou os técnicos ministério à disposição da FNP. Com o temário diretamente relacionado à agenda mundial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a expectativa é que o IV EMDS reúna diversas delegações internacionais, a exemplo da terceira edição, realizada em 2015, que contou com 17 comitivas estrangeiras dos cinco continentes.

Na ocasião, o presidente da FNP ressaltou a importância das discussões que serão promovidas durante o evento. Os cinco dias de atividades serão voltados à promoção do diálogo com a nova geração de prefeitas e prefeitos, com o ob-

jetivo de fomentar a construção e a pactuação de alternativas para o enfrentamento da grave situação fiscal dos municípios brasileiros.

Com tema central, “Reinventar o financiamento e a governança das cidades, o IV EMDS será realizado de 24 a 28 de abril, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF. As inscrições estão abertas e podem ser feitas no site www.emds.fnp.org.br

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030 ■

Grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica - é utilizado pela FNP como um recorte para que, a partir de suas especificidades, seja possível trabalhar em ações que melhorem os índices econômicos e sociais. Pernambuco é o estado com mais cidades incluídas nesse grupo, com 16 municípios de todas as suas mesorregiões.

“A prioridade são os municípios do g100, mas não existe veto para participação das ações promovidas pela FNP e Sebrae/PE. Nossa ideia é promover o desenvolvimento, tendo como uma das diretrizes a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Não é possí-

vel pensar desenvolvimento local sem investir no segmento”, avalia o gerente da unidade de Políticas Públicas do Sebrae/PE, Fernando Clímaco.

Lançamentos regionais

Salvador/BA, Fortaleza/CE, Campinas/SP e Rio de Janeiro/RJ estão na agenda de lançamentos regionais do IV EMDS do mês de fevereiro. As reuniões serão realizadas dias 10 (Salvador e Fortaleza), 17 (Campinas) e 24 (Rio de Janeiro).

A previsão é que 22 cidades, de 17 estados brasileiros, sediarem os eventos para lançamento do IV EMDS. Poços de Caldas/MG; Vitória/ES; Apucarana/PR; Palmas/TO; Joinville/SC e Juiz de Fora/MG estão na lista ■

Redes de secretários terão espaço garantido no IV EMDS

A exemplo das edições anteriores, a FNP está abrindo espaço para que fóruns e redes de secretários e dirigentes municipais possam realizar reuniões durante o evento. O objetivo é dar aos grupos a oportunidade de debaterem temas específicos e, ao mesmo tempo, enriquecer a programação do EMDS, já considerado o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Durante o III EMDS, em 2015, foram realizadas mais de 15 reuniões e seminários, envolvendo diversas áreas da gestão municipal, entre elas a de desenvolvimento econômico; economia solidária; transporte e tecnologia. Por e-mail, a FNP já encaminhou o formulário para a cessão do espaço. Os interessados devem preenchê-lo e encaminhá-lo até o dia 24 de fevereiro para o endereço eletrônico secretaria@fnp.org.br.

Presidente da FNP se reúne com ministro Imbassahy

A construção de uma agenda prioritária para os municípios debaterem com o governo federal e Congresso Nacional foi pauta de reunião entre o presidente da FNP, Marcio Lacerda, e o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Antonio Imbassahy. O encontro ocorreu no dia 8 de fevereiro, em Brasília/DF.

Os pleitos mais urgentes, objetivando à retomada do crescimento econômico do país, já estão sendo construídos pelos prefeitos, com a colaboração técnica de representantes de fóruns e rede

de secretários municipais. Assim que os pontos já estiverem elencados e pactuados pelos governantes locais, o próximo passo será uma reunião com foco no diálogo federativo. Também foi pauta da audiência a construção do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) ■



Demandas dos municípios foram pauta da reunião